

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A

(Anteriormente denominado Banco Barigui
de Financiamento e Investimentos S/A)

**Demonstrações financeiras
consolidadas do Conglomerado
Prudencial em 31 de dezembro
de 2019**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas.

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, composto ainda da Bari Companhia Hipotecária e da Bari Securitizadora S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O Conglomerado é especializado em dois produtos, quais sejam: crédito consignado e crédito imobiliário, este com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis. Fatos Marcantes: No período houve mudanças, devidamente aprovadas pelo Banco Central do Brasil, nos aspectos de identidade do Banco, com a mudança da denominação social de Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S.A. para Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., com duas carteiras: a) investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, e do logotipo da instituição. Afora isso, tivemos alteração do objeto social, com a inserção da modalidade operacional de instituição de pagamento.

Iniciativas Inovadoras: O desenvolvimento de ações múltiplas para introduzir o conceito de banco digital, com a evolução de medidas que resultaram no lançamento do “Bari Card”, em parceria com a bandeira Elo, e avanços nas atividades para disponibilização da conta digital, prevista para o primeiro quadrimestre de 2020. Espera-se que o Banco, assim, ingresse em nova era operacional, oferecendo maior gama de produtos aos nossos clientes, atingindo camadas mais representativas de investidores e demandadores de créditos.

Destaques Operacionais

Apresentamos, a seguir, os números alcançados, que mostram a evolução ocorrida no exercício de 2019 a nível de Conglomerado:

- a) Patrimônio Líquido: R\$ 98,1 milhões frente a R\$ 83,2 em 2018, com crescimento de 17,9%;
- b) Ativos de Crédito: R\$ 700,2 milhões em 31.12.2019, e R\$ 581,2 em 31.12.2018, aumento de 20,46%;
- c) Captação (CDBs e LCIs, em especial): R\$ 634,5 milhões em 31.12.2019 e R\$ 234,6 milhões em 31.12.2018, ampliação de 170,5%;
- d) Índice de Basileia: 19,6% em 31.12.2019 e em 31.12.2018;
- e) ROE: 24,13% em 31.12.2019 e 39,06% em 31.12.2018; e
- f) Lucro Líquido: R\$ 21,5 milhões em 31.12.2019 e R\$ 27,4 milhões em 31.12.2018.

Vale ressaltar que o lucro líquido, conquanto em nível que julgamos deveras positivo, teve impactos internos e externos, como o representativo investimento para a introdução do banco digital em nossa plataforma e aqueles decorrentes do cenário macroeconômico. Realçamos ainda, como ponto positivo, a redução da inadimplência e maior apetite para tomada de financiamentos.

Relação com Auditores Independentes

O Conglomerado contratou os serviços da KPMG – Auditores Independentes para atendimento dos ditames da Instrução CVM 381, objetivando a revisão das informações e documentos gerados no seu âmbito, assegurando a devida independência àqueles auditores.

Agradecimentos

A Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores que possibilitou o crescimento que experimentamos no exercício de 2019.

Curitiba (PR), 31 de março de 2020.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ao Conselho de Administração e Diretores do
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A
(Anteriormente denominado Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S/A)
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A (anteriormente denominado Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S/A) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com



as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A elaborou um conjunto de demonstrações contábeis para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 28 de fevereiro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o



Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencialou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A

(Anteriormente denominado Banco Barigui de Financiamento e Investimentos S/A)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		256.759	265.861	Circulante		281.341	272.117
Disponibilidades	4	850	1.962	Depósitos		15.417	18.938
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	38.729	40.697	Depósitos interfinanceiros	10.a	13.613	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		38.729	40.697	Depósitos a prazo	10.b	1.804	18.938
Títulos e valores mobiliários/Instrumentos derivativos financeiros	6	29.067	60.975	Recursos de aceite de emissão de títulos	10.c	215.908	202.213
Carteira própria		29.067	60.975	Recursos de aceites cambiais		45.295	92.374
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		170.613	109.839
Operações de crédito	7	168.583	150.883	Instrumentos financeiros derivativos	6	4.861	3.997
Setor privado		173.975	154.291	Instrumentos financeiros derivativos		4.861	3.997
(Provisão para operação de liquidação duvidosa)		(5.392)	(3.408)	Obrigações por repasses do exterior	11	-	13.400
Outros créditos	8	9.279	7.000	Repasses do exterior		-	13.400
Diversos		9.279	7.000	Outras obrigações		45.155	33.569
Outros valores e bens	9	10.251	4.344	Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes		162	74
Despesas antecipadas		54	785	Sociais e estatutárias		5.344	3.398
Bens não de uso		10.900	3.997	Fiscais e previdenciárias	12	7.024	15.485
(Provisão para desvalorizações)		(703)	(438)	Diversas	13	32.625	14.612
Não circulante		538.502	434.621	Não circulante		416.677	345.167
Realizável a longo prazo		530.630	433.077	Exigível a longo prazo		416.677	345.167
Operações de crédito	7	518.364	421.193	Depósitos		149.302	27.083
Setor privado		526.183	426.933	Depósitos a prazo	10.b	149.302	27.083
(Provisão para operação de liquidação duvidosa)		(7.819)	(5.740)	Recursos de aceite de emissão de títulos	10.c	253.906	306.694
Outros créditos	8	8.634	5.992	Recursos de aceites cambiais		54.085	101.376
Diversos		10.006	6.319	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		199.821	205.318
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(1.372)	(327)	Instrumentos financeiros derivativos	6	3.557	3.990
Outros valores e bens	9	3.632	5.892	Instrumentos financeiros derivativos		3.557	3.990
Outros valores e bens		4.611	7.316	Outras obrigações		9.912	7.400
(Provisão para desvalorizações)		(979)	(1.424)	Fiscais e previdenciárias	12	2.463	-
Permanente		7.872	1.544	Diversas	13	7.449	7400
Investimentos		536	303	Patrimônio líquido	15	97.243	83.198
No país		533	300	Capital social	15.a	50.214	50.614
Outros investimentos		3	3	Aumento de capital		117	-
Imobilizado de uso		2.034	1.041	Reservas de lucros	15.b.c	46.912	32.584
Outras imobilizações de uso		3.528	2.344				
(Depreciações acumuladas)		(1.494)	(1.303)				
Intangível		5.302	200				
Ativos intangíveis		5.827	670				
(Amortizações acumuladas)		(525)	(470)				
Total do ativo		795.261	700.482	Total do passivo		795.261	700.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A

(Anteriormente denominado Banco Barigui de Financiamento e Investimentos S/A)

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem/2019	31/12/2019	31/12/2018
Receitas da intermediação financeira		<u>62.251</u>	<u>122.730</u>	<u>130.491</u>
Operações de crédito	7	62.728	125.079	130.611
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	1.516	3.981	4.002
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	(1.993)	(6.330)	(4.122)
Despesas da intermediação financeira		<u>(24.921)</u>	<u>(50.920)</u>	<u>(49.452)</u>
Operações de captação no mercado	10.d	(20.852)	(42.956)	(44.269)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.b	(4.069)	(7.964)	(2.976)
Operações de empréstimos e repasses		-	-	(2.207)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>37.330</u>	<u>71.810</u>	<u>81.039</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(21.956)</u>	<u>(41.471)</u>	<u>(36.364)</u>
Receita de prestação de serviços	17	5.077	7.404	3.740
Despesas de pessoal		(5.149)	(9.638)	(9.068)
Despesas administrativas	20	(20.652)	(36.865)	(26.927)
Despesas tributárias	18	(2.564)	(4.983)	(4.921)
Resultado de participação em coligadas e controladas		413	182	(1.088)
Outras receitas operacionais		2.113	3.648	2.125
Outras despesas operacionais		(1.194)	(1.219)	(225)
Resultado operacional		<u>15.374</u>	<u>30.339</u>	<u>44.675</u>
Resultados não operacionais		<u>(139)</u>	<u>(173)</u>	<u>(359)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>15.235</u>	<u>30.166</u>	<u>44.316</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>(3.903)</u>	<u>(8.349)</u>	<u>(15.953)</u>
Provisão para imposto de renda		(3.951)	(7.360)	(12.548)
Provisão para contribuição social		(2.128)	(3.562)	(6.881)
Ativo fiscal diferido		2.176	2.573	3.476
Lucro líquido do semestre e exercícios		<u>11.332</u>	<u>21.817</u>	<u>28.363</u>
Juros sobre capital próprio		(2.440)	(5.040)	(3.985)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A

(Anteriormente denominado Banco Barigui de Financiamento e Investimentos S/A)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Outras reservas de lucros		
Saldos em 1 de janeiro de 2018	45.614	-	656	13.562	-	59.832
Aumento de capital aprovado pelo BACEN	5.000	-	-	(4.634)	-	366
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.363	28.363
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	1.418	21.582	(23.000)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(3.985)	(3.985)
Dividendos	-	-	-	-	(1.378)	(1.378)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	50.614	-	2.074	30.510	-	83.198
Mutações do período	5.000	-	1.418	16.948	-	23.366
Saldos em 1 de janeiro de 2019	50.614	-	2.074	30.510	-	83.198
Aumento de capital	600	(600)	-	-	-	-
Homologação aumento de capital	-	717	-	(717)	-	-
Variação aquisição de capital controlada	(1.000)	-	-	-	-	(1.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.817	21.817
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	1.091	14.654	(15.745)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(5.040)	(5.040)
Dividendos	-	-	-	(700)	(1.032)	(1.732)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.214	117	3.165	43.747	-	97.243
Mutações do exercício	(400)	117	1.091	13.237	-	14.045
Saldos em 1 de julho de 2019	50.614	600	2.602	36.778	-	90.594
Aumento de capital	600	(600)	-	-	-	-
Homologação aumento de capital	-	117	-	(117)	-	-
Variação na participação do controlador	(1.000)	-	-	-	-	(1.000)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	11.332	11.332
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	567	7.709	(8.276)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(2.440)	(2.440)
Dividendos	-	-	-	(627)	(616)	(1.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.214	117	3.169	43.743	-	97.243
Mutações do período	(400)	(483)	567	6.965	-	6.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A

(Anteriormente denominado Banco Barigui de Financiamento e Investimentos S/A)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Sem/2019	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	11.332	21.817	28.363
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	118	267	230
Equivalência patrimonial	(414)	(182)	1.088
Resultado com instrumentos derivativos	1.313	5.649	3.644
Variação cambial e encargos sobre empréstimos no exterior	(32)	305	2.169
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.069	7.964	2.892
Provisão (reversão) para desvalorização de outros valores e bens	-	-	(501)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	236	239	292
Provisão para imposto de renda e contribuição social	6.079	10.922	19.429
Ativo fiscal diferido	(2.177)	(2.573)	(3.476)
Participação dos empregados	579	846	860
Variações em:			
Títulos e valores mobiliários	16.072	26.690	(51.061)
Operações de crédito	(89.430)	(122.835)	(95.047)
Outros créditos	(1.464)	(2.348)	155
Outros valores e bens	(181)	(3.647)	4.189
Depósitos interfinanceiros e a prazo	79.568	118.698	28.407
Recursos de aceites cambiais	7.193	(39.093)	86.750
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	(48)	(88)	30
Obrigações sociais e estatutárias	(481)	(2.882)	(1.412)
Obrigações fiscais e previdenciárias	221	(12.494)	(4.778)
Outras obrigações	8.923	16.930	10
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.691)	(4.426)	(5.093)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	38.785	19.759	17.140
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aumento de capital em investimentos não controlados	-	-	(938)
Aquisições de investimentos	-	(51)	(69)
Aquisições de imobilizado	(487)	(1.229)	(679)
Adições ao intangível	(5.175)	(5.192)	(29)
Baixa do intangível	37	37	-
Alienação do imobilizado	22	22	-
Caixa líquido (utilizados) nas atividades de investimentos	(5.603)	(6.413)	(1.715)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	-	-	366
Empréstimos no exterior	-	4.260	13.770
Amortização de empréstimos no exterior	(4.086)	(17.600)	(14.036)
Juros pagos de empréstimos no exterior	(245)	(365)	(267)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(2.721)	(5.503)
Caixa líquido aplicado na atividades de investimentos	(4.331)	(16.426)	(5.670)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	28.851	(3.080)	9.755
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	10.728	42.659	32.904
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	39.579	39.579	42.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

No segundo semestre de 2018, a mudança dos objetivos sociais da Barigui S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), passando a se constituir sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos, e b) crédito, financiamento e investimentos, sob a denominação de Banco Bari de Investimento e Financiamentos S/A (“Banco”).

O Banco, com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Quanto aos negócios da carteira de investimentos, estão sendo estruturadas para, progressivamente, estarem disponíveis para os clientes, na sua integralidade, em 2020.

Também fazem parte do conglomerado prudencial as seguintes instituições:

- A Bari Companhia Hipotecária (anteriormente denominado Barigui Companhia Hipotecária) (“Hipotecária”), controlada pelo Banco (99%), foi constituída em 16 de maio de 2011, na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011, suas atividades estão reguladas pela Resolução CMN nº 2.122/94 e Resolução CMN nº 4676/2018 e normas complementares, tendo como principal campo de negócio os créditos imobiliários, representados, em especial, por financiamentos para aquisição de imóveis, compra de recebíveis imobiliários, refinanciamentos com lastros em bens imóveis, todos com vinculação mediante o instituto de alienação fiduciária.
- A Bari Securitizadora S.A. (anteriormente denominado Barigui Securitizadora S.A.) (“SEC”), controlada pelo Banco (99%), foi constituída em 28 de outubro de 2008, e tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI’s) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que seja compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.
- Fundo de Renda Fixa Longo Prazo Barigui, do qual o Banco detém 100% das cotas. A carteira do respectivo fundo é composta substancialmente por LFT (Letra Financeira do Tesouro), Debêntures, CDBs e Operações compromissadas, encerrado em dezembro 2019.

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Conglomerado. A entidade líder do Conglomerado é o Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A, por participar com 99% das ações da Bari Companhia Hipotecária, 99% das ações da Bari Securitizadora S.A.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas na ocasião da elaboração de suas demonstrações financeiras.

As demonstrações consolidadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários.

2 Descrição das principais práticas de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devam elaborar e apresentar demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as seguintes características:

- (a) Instituições financeiras;
- (b) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- (c) Administradoras de consórcio;
- (d) Instituições de pagamento;
- (e) Sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- (f) Outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas no incisos i) e iv).
- (g) Os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios também devem integrar as demonstrações contábeis consolidadas.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tem a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações, é o Banco.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial são apresentadas abaixo:

- Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A (anteriormente denominado Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S/A) (“Banco”)
- Bari Companhia Hipotecária (anteriormente denominado Barigui Companhia Hipotecária) (“Hipotecária”)
- Bari Securitizadora S.A. (anteriormente denominado Barigui Securitizadora S.A.) (“SEC”)
- Fundo de Investimentos Renda Fixa Longo Prazo Barigui (“FUNDO”) (2018)

a. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3 f.ii e 7.b** - critério de provisionamento: mensuração para perdas com operações de crédito;
- **Nota explicativa 6.b** - determinação do valor justo dos títulos e instrumentos financeiros derivativos;
- **Nota explicativa 9** - estimativa de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de outros valores e bens (bens não de uso);
- **Nota explicativa 14** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 19** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (realizados);

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 31 de março de 2020.

b. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Conglomerado. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

- **Títulos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

e. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, praticadas pelo Banco, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes dos contratos futuros são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

- (i) **Operações de crédito** - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério “*pró rata dia*”. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas e as principais operações de crédito da Companhia Hipotecária são compostas por financiamentos imobiliários, com alienação fiduciária, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

- (ii) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

- (iii) **Operações vencidas há mais de 60 dias** - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.
- g. Despesas antecipadas**
Correspondem principalmente as comissões pagas a correspondentes credenciados são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento é 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14.
- h. Investimentos**
Os investimentos em controlada foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.
- i. Outros ativos e passivos**
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).
- j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)**
É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.
- Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.
- k. Depósitos e captações no mercado aberto**
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.
- l. Recursos de aceites e emissão de títulos**
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.
- m. Ativos e passivos contingentes**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
 - **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
 - **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
 - **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
 - **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).
- n. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido**
A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% (20% para o exercício de 2018, conforme Lei nº 13.169/15).

A Emenda Constitucional 103/2019, eleva a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) para 20% a partir de 01.03.2020.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

Adicionalmente, conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio estão contabilizados como despesas, no entanto, para fins de divulgação, são revertidos na rubrica “Lucros acumulados”, não afetando o lucro líquido do exercício, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

o. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades		
Caixa	7	13
Depósitos bancários	817	1.949
Reservas livres	26	-
Aplicações interfinanceiras (a)	38.729	40.697
Total	39.579	42.659

(a) As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2019		31/12/2018	
	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pós)	100% CDI	22.060	99% CDI	36.139
DI (pré)	4,40% a.a.	16.669	6,40% a.a.	4.558
Total		38.729		40.697

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

a. Títulos e valores mobiliários - mantidos para negociação

31/12/2019				
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
LFT– Mantido para negociação	01/03/2021 a 01/03/2024	12.477	12.477	-
Debentures – Mantido para negociação	16/03/2020 a 15/11/2022	8.323	8.323	-
Certificado de recebíveis imobiliários – Negociação	12/01/2030	3.024	3.024	-
Letra financeira - Negociação	15/03/2021	3.148	3.148	-
Certificado de depósitos bancários - Negociação	20/03/2020	<u>2.095</u>	<u>2.095</u>	<u>-</u>
Total		<u>29.067</u>	<u>29.067</u>	<u>-</u>
31/12/2018				
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
LFT - Mantido para negociação	03/2021 e 03/2023	38.473	38.471	2
NTN - Mantido para negociação	01/2027	4.591	4.590	1
Cotas de fundos de investimentos	Indeterminado	371	371	-
Debentures	04/2019 e 03/2023	10.527	10.527	-
Certificado de recebíveis imobiliários	04/2031 e 08/2033	3.864	3.821	43
Certificado de depósitos bancários	04/2019 e 06/2019	<u>3.149</u>	<u>3.149</u>	<u>-</u>
Total		<u>60.975</u>	<u>60.929</u>	<u>46</u>

b. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrada a seguir:

31/12/2019					31/12/2018		
Posição ativa	Data de vencimento	Valor referencial	Conta de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)	Conta de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)	
PRÉ-Fixada	01/04/2019	-	-	-	71.208	-	
	20/07/2020	40.000	43.493	-	42.350	-	
	01/07/2022	<u>50.000</u>	<u>50.721</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
IGPM	06/06/2019	-	-	-	4.733	-	
	10/06/2019	-	-	-	1.110	-	
	27/01/2020	7.049	7.048	-	13.786	-	
	02/07/2020	1.500	1.757	-	1.659	-	
	17/07/2020	1.500	1.757	-	1.659	-	
	29/07/2020	1.500	1.758	-	1.659	-	

31/12/2019				31/12/2018		
Posição ativa	Data de vencimento	Valor referencial	Conta de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)	Conta de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)
	22/07/2020	1.500	1.758	-	1.659	-
DÓLAR / EURO	22/02/2019	-	-	-	11.764	-
Total		103.049	108.305	-	151.587	-

31/12/2019				31/12/2018		
Posição passiva	Data de vencimento	Valor referencial	Conta de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)	Conta de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)
DI	01/04/2019	-	-	-	68.452	(2.756)
	06/06/2019	-	-	-	5.100	(366)
	22/02/2019	-	-	-	14.559	(789)
	27/01/2020	7.049	8.209	(1.151)	15.681	(1.894)
	02/07/2020	1.500	2.071	(314)	1.854	(195)
	17/07/2020	1.500	2.077	(320)	1.856	(198)
	20/07/2020	40.000	45.927	(2.431)	41.046	(1.304)
	29/07/2020	1.500	2.082	(324)	1.858	(200)
	22/07/2020	1.500	2.079	(321)	1.857	(199)
	01/07/2022	50.000	55.278	(3.557)	-	-
Total		103.049	117.723	(8.418)	154.120	(7.987)

c. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2º sem/2019	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	113	475	2.257
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.403	3.506	1.745
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.993)	(6.330)	(4.122)
Total	(477)	(2.349)	(120)

7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação

	31/12/2019		31/12/2018	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Financiamento de bens	-	0,00%	24	0,00%
Capital de giro	-	0,00%	299	0,05%
Empreendimentos imobiliários	40.552	5,79%	38.658	6,65%
Financiamentos imobiliários	120.499	17,21%	107.766	18,54%
Crédito pessoal consignado	226.168	32,30%	240.874	41,44%
Empréstimo com garantia de imóvel	312.939	44,70%	193.603	33,32%
Total	700.158	100,00%	581.224	100,00%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o Conglomerado auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 125.079 (R\$ 130.611 em 2018).

b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

b.1 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Sem/2019	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(10.996)	(9.148)	(9.167)
Constituição / Reversão	(4.069)	(7.964)	(2.892)
Baixa para prejuízo	<u>1.854</u>	<u>3.901</u>	<u>2.911</u>
Total	<u>(13.211)</u>	<u>(13.211)</u>	<u>(9.148)</u>

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 2.135 e R\$ 3.607 respectivamente (R\$ 1.559 e R\$ 2.866 em 2018).

As operações de crédito refinanciados em 2019 totalizaram R\$ 167.708 (R\$ 174.086 em 2018) e as operações renegociadas somaram o valor de R\$ 9.982 (R\$ 295 em 2018). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

b.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer:		
Até 3 meses	41.994	37.201
De 3 meses a 12 meses	125.082	111.100
De 1 a 3 anos	295.221	246.782
De 3 a 5 anos	178.826	104.109
De 5 a 15 anos	51.676	75.705
Acima de 15 anos	<u>459</u>	<u>337</u>
Total a vencer	<u>693.258</u>	<u>575.234</u>
Vencidos	6.900	5.990
Total	<u>700.158</u>	<u>581.224</u>

b.3 Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A
Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado
Prudencial em 31 de dezembro de 2019

Nível	Situação	% Provisão	Setor				2019		2018	
			Indústria	Comércio	Serviços	P. Física	Total	Vlr. Provisão	Total	Vlr. Provisão
AA	Normal	0,00%	240	-	76	34.301	34.617	-	27.969	-
A	Normal	0,50%	42.572	1.699	-	473.372	517.643	(2.588)	446.043	(2.229)
B	Normal	1,00%	908	579	4.150	59.095	64.732	(648)	32.135	(321)
	Vencido		-	-	-	15.210	15.210	(153)	13.673	(137)
C	Normal	3,00%	-	-	347	26.755	27.102	(813)	22.835	(685)
	Vencido		-	255	2.338	21.951	24.544	(736)	25.825	(775)
D	Normal	10,00%	-	-	-	1.115	1.115	(112)	1.404	(140)
	Vencido		-	-	-	3.913	3.913	(391)	4.830	(483)
E	Normal	30,00%	-	-	-	663	663	(199)	5	(2)
	Vencido		-	-	-	2.962	2.962	(889)	1.620	(486)
F	Normal	50,00%	-	-	-	55	55	(27)	-	-
	Vencido		-	-	-	1.319	1.319	(659)	1.498	(749)
G	Normal	70,00%	-	-	-	160	160	(112)	-	-
	Vencido		-	-	-	796	796	(557)	821	(575)
H	Normal	100,00%	-	-	-	-	-	-	72	(72)
	Vencido		-	385	273	4.669	5.327	(5.327)	2.494	(2.494)
Total		-	<u>43.720</u>	<u>2.918</u>	<u>7.184</u>	<u>646.336</u>	<u>700.158</u>	<u>(13.211)</u>	<u>581.224</u>	<u>(9.148)</u>
Circulante		-	-	-	-	-	173.975	(5.392)	154.291	(3.408)
Não Circulante		-	-	-	-	-	526.186	(7.819)	426.933	(5.740)

c. Aquisição Cessão de Crédito

Controlada

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 19.773 e R\$ 65.206 respectivamente (R\$ 34.104 e R\$ 78.030 em 2018). Essas operações auferiram renda no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 4.726 e R\$ 19.773, respectivamente (R\$ 6.273 e R\$ 11.456 em 2018). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o segundo semestre de 2019, o Conglomerado alienou parte da carteira de crédito para a relacionada, Bari Securitizadora S/A para emissão de CRI no montante de R\$ 79.044 (R\$ 31.163 em 2018). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

8 Outros créditos

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Serviços prestados a receber	1.311	-
Adiantamentos e antecipações salariais	376	149
Créditos tributários (nota 22)	5.169	4.633
Impostos a compensar	773	956
Prêmio ou (-) Desconto em operações de crédito	51	-
Títulos e créditos a receber (a)	24	30
Devedores para compra de valores e bens	595	332
Devedores diversos (b)	383	753
Valores a receber de sociedades ligadas	308	-
Outros	289	147
	<u>9.279</u>	<u>7.000</u>
Total		
Não circulante		
Depósitos em garantia	219	270
Devedores para compra de valores e bens	352	176
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	480	-
Títulos e créditos a receber (a)	1.372	327
Créditos tributários (nota 22)	7.583	5.546
Provisão para outros créditos	(1.372)	(327)
	<u>8.634</u>	<u>5.992</u>
Total		

- (a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, referem principalmente: (i) R\$ 103 referentes a falta de repasses de órgãos públicos (R\$ 109 em 2018); e (ii) R\$ 248 representam valores sem características de concessão (R\$ 248 em 2018), este valor encontra-se provisionado para perda em sua totalidade, por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processos de cobrança.

Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por: (i) R\$ 139 referentes a valores de remissão de novos contratos (R\$ 146 em 2018); (ii) R\$ 115 referentes a valores relativos a baixa de parcelas pendentes, que serão recebidas no dia útil seguinte (R\$ 361 em 2018); (iii) R\$ 108 referentes a valores a ressarcir de pagamentos de custas e emolumentos para a retomada de imóveis (R\$ 163 em 2018); e (iv) R\$ 21 referentes a pagamentos de custas com cartório a serem ressarcidos pela cedente da carteira adquirida (R\$ 83 em 2018).

9 Outros valores e bens

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Despesas antecipadas		
- Comissões (a)	-	760
- Outros	54	25
Imóveis (b)	10.900	3.997
(-) Prov. para desvalorização de bens (b)	<u>(703)</u>	<u>(438)</u>
Total	<u>10.251</u>	<u>4.344</u>
Não circulante		
Despesas antecipadas:		
Imóveis (b)	4.611	7.316
(-) Prov. para desvalorização de bens (b)	<u>(979)</u>	<u>(1.424)</u>
Total	<u>3.632</u>	<u>5.892</u>

- (a) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN).
- (b) Tratam-se de valores de consolidação de propriedade (exceção da garantia com a retomada de imóveis). Durante o exercício de 2019 foram realizados laudos de avaliação desses imóveis com o objetivo de refletir corretamente o valor recuperável desses ativos. Em 31 de dezembro de 2018, o montante registrado a título de redução ao valor recuperável é de R\$ 932 (R\$ 1.112 em 2018)

10 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de Títulos

a. Depósitos interfinanceiros

	31/12/2019			31/12/2018	
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
	<u>-</u>	<u>13.613</u>	<u>-</u>	<u>13.613</u>	<u>-</u>
Circulante	-	-	-	13.613	-
Não Circulante	-	-	-	-	-

b. Depósitos a prazo

	31/12/2019			31/12/2018	
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
	<u>1.406</u>	<u>398</u>	<u>149.302</u>	<u>151.106</u>	<u>46.021</u>
Circulante	-	-	-	1.804	18.938
Não Circulante	-	-	-	149.302	27.083

c. Recursos de aceites e emissões de títulos

	31/12/2019			31/12/2018	
	Até 3 meses	De 03 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de Câmbio	13.902	31.393	54.085	99.380	193.750
Letras de Crédito Imobiliário	<u>55.231</u>	<u>115.821</u>	<u>199.821</u>	<u>370.434</u>	<u>315.157</u>
Total	<u>69.133</u>	<u>146.775</u>	<u>253.906</u>	<u>469.814</u>	<u>508.907</u>
Circulante	-	-	-	215.908	202.213
Não circulante	-	-	-	253.906	306.694

d. Reconciliação das despesas de captação com o resultado

	2º sem/2019	31/12/2019	31/12/2018
Despesas depósitos interfinanceiros	(11)	(46)	-
Despesas depósitos a prazo	(4.491)	(6.478)	(1.491)
Despesas aceites cambiais	(3.947)	(10.871)	(17.075)
Despesas letras de crédito imobiliário	(11.533)	(24.005)	(24.704)
Despesas letras financeiras subordinadas (nota 14)	-	-	(16)
Contribuição ao FGC	(371)	(715)	(675)
Outros	<u>(499)</u>	<u>(841)</u>	<u>(308)</u>
Total	<u>(20.852)</u>	<u>(42.956)</u>	<u>(44.269)</u>

11 Obrigações por empréstimos no exterior

Em 22 de agosto de 2018, a Companhia contratou um de empréstimo junto ao Itaú BBA International PLC, no valor de EUR 3.000 com vencimento em parcela única em 22 de fevereiro de 2019. Tal operação foi liquidada no vencimento.

Operação contratada em 22 de Fevereiro de 2019, junto ao Itaú Unibanco SA Nassau Branch, no valor de EUR\$ 1.000 sendo parcela única liquidada em 22 de Agosto de 2019.

a. Movimentação dos empréstimos

	Saldo em 31/12/2018	Amortização do principal	Nova captação	Juros pagos	Despesa com juros e variação cambial	Saldo em 31/12/2019
Empréstimo - no exterior	<u>13.400</u>	<u>(17.600)</u>	<u>4.260</u>	<u>(125)</u>	<u>(305)</u>	<u>-</u>

12 Obrigações fiscais e previdenciárias

Circulante	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda	3.755	7.742
Contribuição social	2.107	4.810
Retenções s/ serv. de terceiros	135	36
Impostos e contribuições s/ salários	428	373
Impostos diferidos	-	2.049
Outros	<u>599</u>	<u>475</u>
Total	<u><u>7.024</u></u>	<u><u>15.485</u></u>
 Não Circulante	 31/12/2019	 31/12/2018
Impostos diferidos	<u>2.463</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>2.463</u></u>	<u><u>-</u></u>

13 Outras obrigações - Diversas

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Credores por recursos a liberar	98	-
Despesas de pessoal	589	552
Outras provisões	2.450	2.231
Obrigações para aquisições de bens e direitos	1.000	-
Credores diversos - país (a)	28.012	11.829
Rendas antecipadas	<u>476</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>32.625</u></u>	<u><u>14.612</u></u>
 Não circulante		
Provisões para contingências (nota 13)	734	751
Rendas antecipadas	40	-
Credores diversos - país (a)	<u>6.675</u>	<u>6.649</u>
Total	<u><u>7.449</u></u>	<u><u>7.400</u></u>

- (a) Referem-se substancialmente a:
- (a.1.) parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente, no montante de R\$ 1.599 (R\$ 1.658 em 2018);
- (a.2.) contratos de financiamentos efetivados e não desembolsados até a data do balanço no montante de R\$ 17.128 (R\$ 7.552 em 2018);
- (a.3.) recebimentos antecipados de taxas de administração e seguros das carteiras adquiridas R\$ 998 (R\$ 1.423 em 2018). O seguro, no montante de R\$ 399 (R\$ 579 em 2018) será repassado às seguradoras e a taxa de administração, no montante de R\$ 599 (R\$ 844 em 2018) será apropriada ao resultado pelo prazo de vigência do contrato; e
- (a.4.) compra de carteira a prazo no montante de R\$ 6.674 (R\$ 5.816 em 2018).

14 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram reconhecidos no Banco nem em suas controladas ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista

b.1 Ações cíveis, trabalhistas e fiscais

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda provável o Banco efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

b.2 Provisão constituída e as respectivas movimentações no exercício

Em 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado possuía provisões para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 734 (R\$ 751 em 2018), como segue:

	2019				Saldo em 31 de dezembro
	Saldo em 1º de janeiro	Constituição	(Reversão)	(Pagamento)	
Cíveis	629	276	(17)	(256)	632
Trabalhistas	122	-	(20)	-	102
Total –2019	751	276	(37)	(256)	734
Total –2018	459	521	(190)	(39)	751

c. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, no Conglomerado, em 31 de dezembro de 2019, por processos de natureza cível no montante de R\$ 1.578 (R\$ 2.936 em 2018).

O Banco possui ainda processos de natureza trabalhista no montante de R\$ 110 classificado como risco de perda possível (R\$ 110 em 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como possível.

15 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Durante o exercício de 2018, os acionistas do Banco propuseram aumento de capital social de acordo com a Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais), sendo R\$ 4.634 oriundos de reservas de lucros e R\$ 366 em espécie. Este aumento de capital social, teve aprovação do BACEN, e foi registrado através da 34ª AGE de 31 de outubro de 2018. O valor do capital social passou de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais) para R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 49.000 (quarenta e nove milhões de reais) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 1.000 (um milhão de reais) em ações preferenciais nominativas.

Em 29 de maio de 2019, foi deliberado pelos acionistas da Companhia Hipotecária um aumento de capital com reserva de lucros, no montante de R\$ 10.000,00, com emissão de 10.000 novas ações ordinárias. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 20 de setembro de 2019.

Em 30 de dezembro de 2019, a acionista Maria Teresa Fornea Caron, alienou suas ações de participação na Companhia Hipotecária, que representava 5% (cinco por cento) do capital, para o Banco Bari, que passa a deter 99% (noventa e nove por cento) da participação na sociedade.

Na mesma data, os acionistas deliberaram um aumento de capital, com reservas de lucros, no montante de R\$ 11.700, com emissão de 11.700 novas ações ordinárias da Companhia. O referido aumento está pendente de homologação no Banco Central do Brasil.

O quadro de acionistas do Conglomerado Prudencial, em 31 de dezembro de 2019, está representado da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Participação	Companhia Hipotecária	SEC	Total ações Consolidado
Banco Bari	-	-	31.384.000	1.336.500	-
Bordin Adm.e Incorp. Ltda.	17.737.550	35,4751%	-	-	17.737.550
Enio Fornea Junior	5.880.000	11,7600%	-	-	5.880.000
Ivo Luiz Roveda	12.093.450	24,1869%	158.500	-	12.251.950
Antonio Bordin Neto	3.487.250	6,9745%	-	-	3.487.250
Maria Teresa Fornea	1.750	0,0035%	-	-	501.750
Evaldo Leandro Perussolo	1.000.000	2,0000%	-	13.500	1.013.500
Rodrigo O. de Araújo Pinheiro	9.800.000	19,6000%	158.500	-	9.958.000
Total	<u>50.000.000</u>	<u>100,0000%</u>	<u>31.700.000</u>	<u>1.350.000</u>	<u>50.330.500</u>

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para Reserva Legal e Dividendos.

d. Dividendos e Juros sobre Capital próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido do Banco e da Hipotecária e 10% (dez por cento) na Securitizadora, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação dividendos e JCP	Valor provisionado	Imposto retido	Valor líq. à pagar/receber	Valor pago/recebido	Data Pagto	Deliberado por
Juros sobre capital próprio - 2017	3.575	(536)	3.039	(3.039)	10/05/2018	23ª AGO 30/04/2018
Dividendos propostos em 2018	1.323	-	1.323	(565)	Pagto parcial em 12/11/2018	23ª AGO 30/04/2018
Juros sobre capital próprio - 2018	3.985	(595)	3.390	(1.394)	Pagto parcial em 12/11/2018	23ª AGO 30/04/2018
Dividendos 2018 pagos	-	-	-	(744)	16/05/2019	24ª AGO 30/04/2019
Juros sobre capital próprio - 2018	-	-	-	(1.996)	Pagto residual em 16/05/2019	24ª AGO 30/04/2019
Juros sobre capital próprio - 2019	5.040	(756)	4.284	(1.488)	Pagto parcial em 16/05/2019	não deliberado
Dividendos propostos em 2019	991	-	991	-	-	-
Total	14.914	(1.887)	13.027	(9.226)	-	-

Conciliação Dividendos - Controladas

Conciliação Dividendos	Valor Provisionado	Valor (Pago) / recebido	Data Pagto	Deliberado por
Dividendos propostos em 2017	85	(85)	10/05/2018	7ª AGO 30/04/2018
Dividendos e dividendos compl. - 2017	291	(291)	10/05/2018	7ª AGO 30/04/2018
Dividendos propostos em 2018	954	(908)	16/05/2019	8ª AGO 30/05/2019
Dividendos adicionais pagos	-	(1.206)	16/05/2019	Não deliberado
Dividendos propostos em 2019	1.295	-	-	-
Total	2.625	(2.490)	-	-

Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	2º semestre de 2019	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios			
Lucro líquido do exercício / período	11.332	21.817	28.363
Reserva legal (5%)	(567)	(1.091)	(1.418)
Juros sobre o capital próprio	(2.440)	(5.040)	(3.985)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	8.325	15.686	22.960
Dividendos mínimos obrigatórios	(503)	(929)	(1.378)

16 Transações entre partes relacionadas

a. Transações com partes relacionadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	31/12/2019			31/12/2018		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas						
Captação (c)	(5.435)	-	(191)	(10.263)	-	(1.000)
Remuneração administradores	-	-	(433)	-	-	(1.103)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(2.410)	-	(3.252)	(1.777)	-	(2.571)
Letra de Crédito Imobiliário	(75.172)	-	(2.221)	(64.938)	-	(3.821)
Pessoas jurídicas						
Juros sobre capital próprio/dividendos	(1.325)	-	(1.788)	(977)	-	(1.414)
Captação (c)	(31.423)	-	(642)	(41.212)	-	(2.729)
Utilização de Estrutura Compartilhada (b)	13	-	-	46	-	401
Prestação de serviços (a)	(1.275)	-	(15.451)	(670)	-	(6.055)
Aluguel comercial	(20)	-	(299)	(12)	-	(141)

(*) São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas (i) Bari Service de Crédito Ltda.; (ii) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (iii) Barigüi Veículos Ltda.; (iv) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (v) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (vi) Barigüi Gestão de Recursos Ltda.; (vii) Enio Fornea & Cia Ltda.; (viii) Center Automóveis Ltda.; (ix) Espaço Automóveis Ltda.; (x) GFA Incorporações Ltda.; (xi) Amambahy Participações Ltda.; (xii) Fórmula Automóveis Ltda.; (xiii) Instituto Barigüi; (xiv) Marumbi Investimentos Ltda.; (xv) Bari Promotora de Serviços de Apoio de Escritório Ltda.

(a) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.

(b) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

(c) Referem-se a Recursos de aceites cambiais (LC) e Certificados de depósitos bancários (CDB).

b. Subscrição de cotas (administrado pela Bari Securitizadora sob a forma de patrimônio separado)

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtde de Cotas
Membros do Conselho de Administração	61	43,34% a.a.	IGP-M	16
Membros da Diretoria	61	43,34% a.a.	IGP-M	1
Demais PF	61	43,34% a.a.	IGP-M	19
Total				36

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtde de Cotas
Membros da Diretoria	62	6,00% a.a.	IGP-M	1
Demais PF	62	6,00% a.a.	IGP-M	5
Total				6

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtde de Cotas
Membros do Conselho de Administração	63	34,17% a.a.	IGP-M	14
Membros da Diretoria	63	34,17% a.a.	IGP-M	4
Demais PF	63	34,17% a.a.	IGP-M	5
Total				23

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtde de Cotas
Membros do Conselho de Administração	71	9,86% a.a.	IGP-M	<u>3</u>
Total				<u>3</u>

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtde de Cotas
Membros da Diretoria	74	8,86% a.a.	IGP-M	1
Total				<u>1</u>

As operações foram equivalentes ao preço unitário do título subscrito na data considerada para avaliação (PU do papel), sendo que a operação de subscrição do CRI pela parte relacionada ocorreu dentro do processo ordinário de colocação dos títulos emitidos pela Companhia.

17 Rendas de prestação de serviços

	2º Sem/2019	31/12/2019	31/12/2018
Prestação de serviços	3.975	5.480	1.983
Confecção de cadastro			
Pessoa Física e jurídica	883	1.448	639
Tarifa de administração de contrato	<u>219</u>	<u>476</u>	<u>1.118</u>
Total	<u>5.077</u>	<u>7.404</u>	<u>3.740</u>

18 Despesas tributárias

	2º Sem/2019	31/12/2019	31/12/2018
Despesa de PIS	(305)	(571)	(604)
Despesa de COFINS	(1.880)	(3.516)	(3.715)
Despesas de ISS	(255)	(374)	(176)
Outros	<u>(124)</u>	<u>(522)</u>	<u>(426)</u>
Total	<u>(2.564)</u>	<u>(4.983)</u>	<u>(4.921)</u>

19 Política de remuneração

O Conglomerado remunera os membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está representado por R\$ 498 (R\$ 1.085 em 2018).

20 Despesas administrativas

	2º sem/2019	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de aluguel	(198)	(369)	(244)
Despesas de comunicação	(485)	(946)	(570)
Despesas de processamento de dados	(1.729)	(4.210)	(1.691)
Despesas com relações públicas	-	-	(15)
Despesa com publicações	(17)	(77)	(120)
Despesas com propaganda e publicidade	(390)	(563)	(914)
Despesas de seguros	(65)	(141)	(554)
Despesas serviço sistema financeiro	(356)	(723)	(706)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(11.497)	(19.618)	(15.395)
Despesa com serv. téc. especializados	(2.771)	(5.074)	(3.329)
Despesas com depreciação/amortização	(262)	(417)	(230)
Despesas com viagens	(289)	(704)	(611)
Despesa de transporte	(52)	(130)	(66)
Despesas judiciais e cartório	(791)	(1.038)	(584)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(463)	(777)	(381)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(270)	(693)	(254)
Outras despesas	(917)	(1.385)	(1.263)
Total	(20.652)	(36.865)	(26.927)

- (a) Refere-se substancialmente a despesas com comissões de correspondentes, à assessoria de cobrança e demais custos de repasse à órgãos públicos.

21 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Sem/2019	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Imposto de renda	(3.714)	(7.061)	(11.375)
Provisão para Contribuição social	(2.023)	(3.447)	(6.412)
Total	(5.737)	(10.508)	(17.787)
Ativo fiscal diferido	1.050	705	3.476
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	784	1.454	(1.642)
Total	(3.903)	(8.349)	(15.953)

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Sem/2019	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio	15.823	29.957	44.316
Juros sobre Capital Próprio	(2.440)	(5.040)	(3.985)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	12.843	24.917	40.331
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(5.779)	(11.213)	(18.149)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:			
Adições Temporárias	(2.225)	(9.914)	(9.232)
Exclusões temporárias	2.423	11.904	11.719
Deduções por incentivos fiscais	425	504	511
Outros	(338)	(1.789)	(2.636)
Impostos de Renda e Contribuições Social	(5.737)	(10.508)	(17.787)

c. Movimentação dos créditos tributários

	Saldo 31/12/2018	Saldo 30/06/2019	Constituição	Reversão	Saldo 31/12/2019
Imposto de renda					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.144	3.042	705	(384)	3.363
Provisão para contingências	135	189	41	(46)	184
Provisão Swap - MtM	2.897	1.481	1.035	(135)	2.154
Outras provisões	926	2.671	227	(75)	2.845
Créditos Tributários de IRPJ	7.102	7.383	2.008	(371)	8.546
Contribuição social					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.459	1.236	403	(146)	1.493
Provisão para contingências	43	83	24	(15)	92
Provisão Swap - MtM	1.212	1.537	799	(135)	2.201
Outras provisões	363	285	210	(75)	420
Créditos Tributários de CSLL	3.077	3.141	1.436	(371)	4.206
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	10.179	10.524	3.444	(1.216)	12.752

Considerando as expectativas de resultado futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração do Banco acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2019 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	2020	2021	2022	Total
Créditos Tributários de Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	3.722	2.637	2.188	8.547
Valor Presente	3.554	2.405	1.914	7.873
Créditos Tributários de Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	1.447	1.888	870	4.205
Valor Presente	1.382	1.722	765	3.869

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros da captação de 107% do CDI.

O Banco não deixou de ativar os créditos tributários durante o exercício de 2019 e 2018.

22 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 31 de dezembro de 2019 atingiu 19,55, representativo do Conglomerado Prudencial Bari, atendendo preceitos regulamentares.

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de referência	<u>91.941</u>	<u>82.984</u>
Índice de Basileia BACEN	<u>19,55</u>	<u>19,05</u>

23 Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital

O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, abrangendo, no mínimo, os riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, de Operacional, de Socioambiental e Gerenciamento de Capital, que possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabilidades, aos quais esteja exposto, garantindo que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam as resultantes decisões, tornando-as mais assertivas e mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Estrutura é segregada das áreas de negócios, evitando conflitos de interesses, assim garantindo sua independência. Suas diretrizes são formalizadas através de políticas, normas e procedimentos, para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. Em tal estrutura tem o papel relevante o Comitê de Gerenciamento Integrado de Risco e Capital que subsidiam o Diretor de Riscos e Capital (Chief Risk Officer - CRO) e o Conselho de Administração na tomada de decisões.

As medidas para implementação das providências antes declinadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe estrutura de gerenciamento de riscos e capital, foi concluído no segundo semestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos do Banco.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios do Banco podem ser considerados como:

a. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do Banco envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos de crédito. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com a suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou recuperação.

b. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de riscos, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Banco, a área de Risco operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Inserir-se, também, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem Padronizada Alternativa.

c. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios do Banco e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Planos de Continuidade de Negócios (PCN) e anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

d. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional. Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas do Banco com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação e seleção de investimentos.

e. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para sua adequação.

O Banco conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise. As seguintes ações podem ser adotadas como estratégia de gerenciamento do risco de liquidez: (i) manutenção do saldo de recursos em caixa; (ii) gerenciamento do descasamento de ALM nas diversas faixas de prazo; e (iii) se necessário, a administração conta com a utilização de recursos disponíveis no mercado para fins de captação.

f. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo Banco para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da liquidez do patrimônio da sociedade.

O Banco realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

g. Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental nos negócios e produtos ofertados pelo Banco, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4.327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber:

“O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.”

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital está registrada no endereço eletrônico:

<http://www.bariguicredito inteligente.com.br/institucional/gerenciamento-de-riscos-3/>

24 Evento subsequente

Desde janeiro de 2020, com a escalada do novo coronavírus (COVID-19) e a pandemia decretada pela Organização Mundial Saúde (OMS) os mercados financeiros globais tem apresentado deterioração, principalmente, nos ativos financeiros. Os esforços para desacelerar o crescimento do vírus mostram-se efetivos na China continental até o momento, sendo que os demais países têm adotado medidas similares, como fechamento aeroportos, fábricas, shopping centers, escolas e, inclusive, fronteiras. Levará tempo para que as medidas tomadas ao redor do mundo consigam estabilizar a curva de crescimento de novos casos de contaminação do CODIV-19. Os reais impactos na economia real ainda são incertos e de difícil mensuração e também dependerão da efetividade das medidas adotadas pelos Governos e dos esforços coordenados

dos Bancos Centrais para prover liquidez ao mercado e às empresas dos setores mais afetados. A governança do Banco Bari S.A e de suas controladas, monitora a situação diariamente, tendo em vista que o mercado financeiro no Brasil e em outras economias maduras vem apresentando substancial desvalorização no valor dos ativos financeiros, incluindo aqueles atualmente detidos Banco Bari S.A. e suas controladas.

Conselho de Administração

Ivo Luiz Roveda
Presidente

Enio Fornea Júnior
Vice Presidente

Felix Archanjo Bordin
Conselheiro

Antônio Bordin Neto
Conselheiro

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Conselheiro

Diretoria

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

Evaldo Leandro Perussolo
Diretor Superintendente

Maria Teresa Fornea Caron
Diretora Executiva

Responsável técnica

Cristiane Aparecida Damrat
Contadora CRC PR 063966/O-2